

## 🔍 Actualidade

# Juiz critica custas judiciais para os processos de menores

26-09-2009 14:54:00

O juiz desembargador Paulo Guerra criticou hoje as custas judiciais para os processos no Tribunal de Família com crianças e jovens, por ser uma forma de restringir o direito de acesso num domínio que deveria ser "tendencialmente gratuito".

Ao intervir hoje num curso de formação avançada do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, considerou a situação "perfeitamente inaceitável", porque "a família e menores é uma área à parte".

"Não tolero que haja obstáculos financeiros. Ao falar de família e menores o Estado deveria preocupar-se menos em receber dinheiro", sublinhou, frisando que a partir da entrada em vigor do novo regime de custas judiciais, este ano, "diminuíram vertiginosamente os incidentes por incumprimento" de prestação de alimentos no Tribunal de Família e Menores de Coimbra, onde até há pouco foi juiz de direito.

Segundo Paulo Guerra, tudo passou a ser pago, o que leva as pessoas "a pensar duas vezes" se devem ou não ir ao tribunal, porque ao reclamar que não recebe, porque o outro progenitor não cumpre a prestação de alimentos para o filho, tem de pagar.

Mas outras iniciativas no tribunal serão também afectadas, como é o caso de os avós exigirem o convívio com os netos se os pais o impedem, o que só acontecerá "se forem abonados".

No entanto, Paulo Guerra realçou que para reclamar da interrupção da prestação de alimentos à criança o cônjuge lesado, que não possa pagar, pode solicitar ao Ministério Público que suscite o incidente de incumprimento, porque para esta instituição a iniciativa é isenta de custas.

Ao intervir no curso de formação avançada do CES sobre promoção dos direitos das crianças e jovens, o juiz desembargador rejeitou a ideia de que haja uma crise da família, mas "novas formas de viver a família".

João Pedroso, investigador do CES e organizador do curso, frisou que área da família está numa vertiginosa transformação social, que o direito tem dificuldades de acompanhar, porque "não vai à mesma velocidade".

O curso, que decorreu sexta-feira e hoje, teve como formadores, entre outros, Armando Leandro (Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco), Edmundo Martinho (Presidente do Instituto da Segurança Social) e José Marques Vidal (Professor-Tutor da CPCJ de Águeda).

